
Desvendando marcadores sociais no jornalismo: a roleta interseccional em casos de violência contra mulheres sul-mato-grossenses¹

Ariadna Thalia Zortéa BRAZ²

Alíria Priscilla dos Santos ARISTIDES³

Evelise Couto MORAES⁴

Katarini Girolto MIGUEL⁵

Mylena Garcete ROCHA⁶

Rafaela Alvarenga FLÔR⁷

Tainá Mendes JARA⁸

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS

Letícia de Faria Ávila SANTOS⁹

Lynara Ojeda de SOUZA¹⁰

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

RESUMO

A presente escrita, realizada por nove pesquisadoras do Grupo de Pesquisa “Comunicação e Mobilização dos Movimentos Sociais em Rede” (CNPq/UFMS), amplia uma investigação com intuito de entender a representação midiática e as condições de visibilidade das mulheres sul-mato-grossenses sob as lentes da interseccionalidade. Para isso, emprestamos a roleta interseccional, proposta por Fernanda Carrera (2020), para discutir os atravessamentos identitários das fontes personagens em dois casos que envolvem a violação dos direitos humanos, noticiados nos jornais *Folha de S. Paulo* e *Campo Grande News*. Durante este exercício analítico, refletimos sobre as limitações da própria abordagem metodológica e identificamos uma dificuldade dos veículos de comunicação em entender e pautar as diferenças.

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa - Estéticas, Políticas do Corpo e Interseccionalidades, XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS, integrante do GP; e-mail: ariadna.t.braz@ufms.br;

³ Jornalista e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS, integrante do GP; e-mail: aliria.santos@gmail.com;

⁴ Jornalista e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS, integrante do GP; e-mail: evelise22@gmail.com;

⁵ Docente nos cursos de graduação em Jornalismo e no mestrado em Comunicação da UFMS. Líder do Grupo de Pesquisa “Comunicação e Mobilização dos Movimentos Sociais em Rede” (CNPq/UFMS);

⁶ Jornalista e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS, integrante do GP; e-mail: mylenaroccha@gmail.com;

⁷ Jornalista e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS, integrante do GP; e-mail: rafaelaflor.pesquisa@gmail.com;

⁸ Jornalista, mestra em Comunicação e integrante do Grupo de Pesquisa “Comunicação e Mobilizações dos Movimentos Sociais em Rede” (CNPq/UFMS); e-mail: tainajara@gmail.com;

⁹ Jornalista e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC, integrante do GP; e-mail: le.lele.avilla@hotmail.com;

¹⁰ Jornalista e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC, integrante do GP; e-mail: lynaraojeda@gmail.com.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Mulheres; Mato Grosso do Sul; Interseccionalidade.

Do nosso percurso de pesquisa

O presente artigo, proposto pelas tantas mãos das pesquisadoras do Grupo de Pesquisa “Comunicação e Mobilização dos Movimentos Sociais em Rede” (CNPq/UFMS), apresenta a continuidade de uma investigação sob as lentes da interseccionalidade para entender a representação midiática das mulheres sul-mato-grossenses, realizada desde 2021, sob o título de “Jornalismo, interseccionalidade e as condições de visibilidade das mulheres em Mato Grosso do Sul”. Na ocasião, realizamos uma busca ativa em veículos de comunicação de abrangência local, nacional e de caráter independente, durante o ano de 2021, para levantar quanto e como a mulher sul-mato-grossense figurava nas mídias, além de problematizar se a prática jornalística contemplava as preocupações com os marcadores sociais (JARA, et al., 2022).

Para tanto, construímos um arcabouço teórico, localizando a interseccionalidade como categoria analítica, a partir de Kimberlé Crenshaw (1991), Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) e encontramos com Lélia Gonzalez (2020) para entender a dinâmica interseccional de construção da identidade das mulheres afro-brasileiras. Esta primeira tentativa de escrita coletiva das 11 pesquisadoras, principalmente situadas e pesquisando o território geográfico de Mato Grosso do Sul, recebeu muitas críticas e contribuições que impulsionaram a continuidade da pesquisa que se pautava, naquele momento, em dados bastante quantitativos, impressões iniciais, mas um cenário que exigia novo esforço empírico-conceitual.

De 156 conteúdos levantados em 18 veículos de comunicação, identificamos que mais de 70% foram publicados em jornais locais, evidenciando o aspecto da proximidade e a invisibilidade da mulher sul-mato-grossense fora das próprias fronteiras. Nesta coleta, 55 notícias faziam referência à mulher indígena, 43 à mulher transexual, 29 à mulher fronteiriça, 12 à mulher sul-mato-grossense em âmbito nacional, sete à mulher lésbica, quatro à mulher transexual e fronteiriça, três à mulher pantaneira, uma à mulher ribeirinha, uma à mulher lésbica-trans e uma à mulher indígena-trans. Majoritariamente, foram representadas no contexto de violência até

mesmo nos poucos veículos independentes que as noticiaram, prevalecendo as publicações nas editorias Polícia (26%), Capital (13%), Cotidiano (10%) e Interior (10%) (JARA, *et al.*, 2022).

Assim, nesta nova escrita, lançamos o olhar para as personagens destas matérias na tentativa de entender como o jornalismo nos inclui e manifesta nossas interseccionalidades. Para isso, abraçamos a interseccionalidade como categoria analítica e emprestamos a abordagem metodológica da roleta interseccional, “por definição, um manifesto para o reconhecimento das opressões e dos privilégios que acometem as diferenças” (CARRERA, 2021, p. 3). Entendemos que a abordagem é uma espécie de diretriz metafórica que permite problematizar as condições de visibilidade das mulheres que nos interessam e, portanto, adaptamos os eixos às investigações dentro de produções jornalísticas - devidamente vinculados aos nossos objetivos de pesquisa e, sobretudo, às condições de produção, reprodução e consumo do jornalismo.

Para tentar a sorte na roleta, selecionamos então, a partir da coleta e publicação do artigo anterior supracitado, quatro reportagens com abrangência local e repercussão nacional, em um jornal local e outro nacional, escolhidos pela notoriedade, audiência e tempo de existência. Para além das repercussões e da proximidade temporal (julho-agosto de 2021), fomos sugestionadas na escolha por casos que envolviam a violação dos direitos humanos, noticiavam problemáticas de grupos vulnerabilizados e que nos apresentavam elementos de comparação das narrativas jornalísticas entre o âmbito local e nacional, nos auxiliando (ou não) a compreender como a personagem do acontecimento foi apresentada. São eles: o caso de uma menina indígena de 11 anos, moradora da Aldeia Bororó, em Dourados (MS), estuprada e assassinada em agosto de 2021, a partir de reportagens publicadas nos jornais *Folha de S. Paulo* (Aldeias indígenas onde menina de 11 anos foi estuprada e morta vivem favelização)¹¹ e *Campo Grande News* (Criança é estuprada e morre jogada em pedreira)¹². No mesmo movimento, elegemos outros dois textos sobre o caso de sequestro, agressão e estupro coletivo de uma mulher transexual em Campo Grande (MS), também em 2021, por

¹¹ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/08/aldeias-indigenas-onde-menina-de-11-anos-foi-estuprada-e-morta-vivem-favelizacao.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2023.

¹² Disponível em:

<https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/crianca-e-estuprada-e-morre-jogada-em-pedreira>. Acesso em: 01 jun. 2023.

meio de reportagem do *Campo Grande News* (Sem trabalho, transexual vítima de estupro coletivo pede doações)¹³ e do texto da *Folha de S. Paulo* (‘Queria falar no hospital, mas tinha rapazes, sei que tem deboche’, diz trans estuprada em MS)¹⁴. Assim, giramos a roleta e, ademais de problematizar a dificuldade dos veículos de comunicação em entender e pautar as diferenças, também conseguimos enxergar os limites da roleta neste exercício analítico e usamos esta investigação para testar a própria proposta metodológica no âmbito do jornalismo.

Interseccionalidade como abordagem metodológica no jornalismo

Empregada como ferramenta analítica, a interseccionalidade leva em consideração como as categorias de gênero, raça, etnia, faixa etária, classe social, orientação sexual, nacionalidade e capacidade são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. Isso porque trata-se de “uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas” (HILL COLLINS e BILGE, 2021, p. 15-16), oferecendo estrutura para explicar como tais marcos interseccionais posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo.

O termo foi cunhado pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw, com a publicação do artigo “Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas”, que aborda o contexto da violência contra as mulheres não-brancas. Ainda segundo a autora, “a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Sendo assim, ao propor uma perspectiva interseccional para a Comunicação, Carrera (2020) reflete sobre a necessidade de olharmos para a representação e a construção cultural desses sujeitos, suportadas aqui pelo viés do jornalismo. A roleta parte da reivindicação de visibilizar dinâmicas de opressão ainda negligenciadas dentro dos estudos interseccionais em Comunicação, voltando-se não apenas para gênero, raça e classe como também para as demais “avenidas identitárias” (CARRERA, 2021).

¹³ Disponível em:

<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/sem-trabalho-transexual-vitima-de-estupro-coletivo-pede-doacoes>. Acesso em: 01 jun. 2023.

¹⁴ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/07/queria-falar-no-hospital-mas-tinha-rapazes-sei-que-tem-deboche-diz-trans-estuprada-em-ms.shtml>. Acesso em: 24 mai. 2023.

Assim, a autora apresenta a roleta interseccional como uma aposta metodológica para analisarmos os marcadores sociais identitários e como permitem olhares epistemológicos mais ampliados; uma proposição que busca “evitar a negligência de alguma interseção indispensável para composição e análise do objeto” (CARRERA, 2021, p. 2).

A roleta inicia iluminando as seguintes hastes: raça, gênero, classe, geolocalização, deficiência, peso, sexualidade e idade e se divide em três eixos principais: A) Formação interseccional-discursiva, ou seja, descrever as estruturas “que regem cada eixo de opressão, portanto, é identificar quais são os imperativos e quais são os silenciamentos aos quais os indivíduos, marcados pelas hastes iluminadas, estão assujeitados” (CARRERA, 2021, p.13); B) Ethos interseccional que pressupõe a imagem que as sujeitas querem produzir de si mesmas e, neste caso, tensionamos esta etapa considerando que o jornalismo, como um mediador, pode alterar ou apagar estes rastros das imagens de si no discurso; C) Negociações interseccionais, momento indicado para avaliar as possíveis interações que podem influenciar na manifestação das sujeitas, implicar em conformação ou resistência e, neste sentido, cabe o questionamento: “quais as nuances negociadas nos discursos que rasuram as materialidades comunicacionais?” (CARRERA, 2021, p.15).

Para além da identificação dos marcadores nas tantas camadas de leitura e interpretação, a roleta também busca se aprofundar no entendimento sobre as disputas, os pressupostos e delineamentos que “regem estes marcadores em um dado contexto sociocultural e histórico, assim como os imperativos, os silenciamentos e os fatores impositivos, inclusive para o desenvolvimento do conhecimento sobre o tema” (CARRERA, 2021, p. 4). Isso posto, apresentamos na sequência a análise de quatro reportagens correlacionadas publicadas nos veículos de comunicação de âmbito regional *Campo Grande News* e nacional *Folha de S. Paulo*, em uma proposta de exercício com a roleta.

O giro da roleta com a menina indígena de MS

Neste primeiro momento, selecionamos - para comparação ao girar a roleta - o caso que envolve a violação dos direitos humanos de uma menina indígena de 11 anos, moradora da Aldeia Bororó, em Dourados (MS), nos textos “**Aldeias indígenas onde**

menina de 11 anos foi estuprada e morta vivem favelização” (*Folha de S. Paulo*), publicado em 22 de agosto de 2021 com autoria de Rafael Ribeiro, e **“Criança é estuprada e morre jogada em pedreira”** (*Campo Grande News*), publicado em 9 de agosto de 2021 por Helio de Freitas, que nos apresentam os elementos citados a seguir para pensarmos como os marcadores sociais são mobilizados ao longo das narrativas jornalísticas e nos auxiliam (ou não) a compreender como a personagem do acontecimento foi construída.

Na *Folha de S. Paulo*, em função da angulação da reportagem voltada para a Aldeia Bororó, optamos por ver o próprio espaço tradicional, onde a criança morava, como personagem. Ao fazermos o primeiro giro, identificamos os marcadores sociais de raça/etnia (indígenas Guarani-Kaiowá), classe social (a partir de elementos de miséria e precariedade presentes no texto jornalístico), geolocalização (aldeia Bororó). Ao empreendermos o movimento de visualizar a criança como personagem, detectamos o marcador geração (uma menina de 11 anos) e gênero (ocorrência de violência doméstica e sexual), sendo dois marcadores que reforçam uma lógica de poder e dominação sobre corpos entendidos como frágeis, inferiores e passíveis de violações.

Na etapa seguinte da **formação interseccional-discursiva** da roleta interseccional, discute-se a “contextualização e o aprofundamento da conjuntura sociocultural, simbólica, das hastes que se iluminaram no giro da roleta interseccional” (CARRERA, 2021, p.10). Na reportagem da *Folha de S. Paulo*, as hastes iluminadas da roleta (classe, gênero, geolocalização e geração) se concretizam na realidade da aldeia.

Os indígenas da Aldeia Bororó vivem em um contexto marcado por miséria e violência sexual e doméstica, onde o processo de urbanização acelerado e evidentes traços de colonialidade os cercam e os segregam do convívio social com o restante da cidade. Neste cenário, o consumo de bebidas alcoólicas e drogas é descrito na matéria como algo recorrente, inclusive em relação direta com o cenário de violência e do próprio assassinato de Raíssa. O caso da pequena indígena assassinada, que serve como pano de fundo para a reportagem de 26 parágrafos que se aprofunda na realidade local, também ilustra um contexto constante de violência contra crianças e adolescentes, assim como a violação de direitos fundamentais.

A matéria instiga ainda uma discussão acerca da negligência do Estado no cotidiano da Aldeia, ao mesmo tempo que reforça o estereótipo de indígenas como

povos tutelados, que necessitam de ajuda externa recorrente, que vivem na pobreza e fazem uso de bebidas alcoólicas ou drogas rotineiramente. Há também a descrição da recorrência de suicídios entre indígenas moradores da Aldeia Bororó, fenômeno que pode ser atribuído ao contexto violento anteriormente descrito.

Na segunda matéria analisada, encontramos poucos elementos¹⁵ que ajudam a aprofundar as reflexões a partir do giro da roleta. O texto jornalístico, de apenas seis pequenos parágrafos, é mais episódico e apresenta poucas informações acerca da personagem e, até mesmo, do acontecimento. No primeiro giro da roleta foi possível identificar logo na primeira frase da matéria os marcadores de gênero (sendo uma menina), geração (11 anos) e geolocalização (ao referenciar que ela pertencia a Reserva Indígena de Dourados), como é possível verificar a seguir: “Menina de 11 anos foi estuprada e jogada de paredão de pedra localizado na Reserva Indígena de Dourados (cidade a 233 km de Campo Grande)” (FREITAS, 2021). Na sequência, o texto jornalístico informa de modo mais específico que a criança era moradora da Aldeia Bororó, sendo importante, assim, ressaltar que, junto com a Aldeia Jaguapiru, compõe a Reserva Indígena de Dourados (MS) a sexta maior do país em quantidade de pessoas indígenas, segundo o Censo Demográfico de 2022¹⁶ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Obtivemos poucos resultados ao tentar aplicar a formação interseccional-discursiva, principalmente pelo aprofundamento e pela contextualização do acontecimento ser mais rasa e limitada à factualidade da notícia. Apesar disso, identificamos que as hastes que se iluminaram na tentativa de aplicação do giro foram sobre o consumo de álcool e a violência presente nas aldeias, reforçando novamente o estereótipo anteriormente apontado na reportagem da *Folha de S. Paulo*.

A partir do conceito de **ethos interseccional** descrito por Carrera (2020) como sendo a silhueta da imagem de si projetada pelo personagem, conseguimos identificar a maneira como os próprios indígenas descrevem a Aldeia ao longo da reportagem da *Folha de S. Paulo*: a confirmação acerca da miséria que estão condicionados, a incidência de casos de violência de gênero e a introdução do uso de bebidas alcoólicas e drogas. As afirmações partiram dos personagens que residem na Aldeia, como podemos

¹⁵ Apesar de ponderarmos a existência de elementos identitários em matérias jornalísticas factuais, sobretudo quando referem-se à sujeitas e sujeitos na condição de "Outra" ou "Outro", houve uma dificuldade em reconhecer as hastes iluminadas nos primeiros giros, devido a contextualização rasa ou apresentação de poucas informações acerca das personagens.

¹⁶ Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/downloads.html>. Acesso em: 13 ago. 2023.

perceber nos trechos: "Sem isso, Gisélia Alves, 37, afirma não ter como alimentar os filhos. 'É a vida que a gente tem', disse" (RIBEIRO, 2021) e "“Tem dia que somos chamados para atender até 15 casos de violência doméstica. Quase todos provocados por bebedeiras”, diz o líder da Bororó" (RIBEIRO, 2021), que de certa forma reforçam os estereótipos colocados pelo próprio texto do jornal. Nesse sentido, levantamos uma limitação da roleta interseccional como uma proposta metodológica para as análises de produtos jornalísticos, visto que apesar do ethos interseccional e da descrição do outro soarem semelhantes, podemos questionar se não houve interferências dos próprios profissionais ou do veículo de comunicação para permitir o reforço de um mesmo ponto de vista sobre a personagem, a Aldeia.

A matéria publicada pelo *Campo Grande News* evidencia as limitações da metodologia proposta por Carrera (2021) ao analisar conteúdos jornalísticos. A narrativa não permite identificar a representação que a personagem faz de si mesma porque Raíssa não se manifesta. Vítima de estupro e feminicídio, a menina indígena é representada de forma rasa em uma narrativa policialesca, construída a partir de boletim de ocorrência. Como a vítima não pode construir sua própria imagem, a reportagem poderia ter recorrido a relatos de familiares, vizinhos ou pessoas que a conheçam, o que não ocorre na cobertura episódica adotada. Cabe aqui também ressaltar que, mesmo viva, ela não poderia se manifestar em matéria jornalística, dada a necessidade de preservação de sua imagem, estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) diante de uma violação de seus direitos.

Em uma última etapa, discutimos as **negociações interseccionais** presentes no material. Segundo Fernanda Carrera (2021, p. 15), “dentro de cada formação interseccional-discursiva, diante de cada eixo de opressão, sujeitos negociam suas imagens de si, seus comportamentos e seus discursos, numa tentativa de gerenciar as impressões causadas e fazer valer a sua existência”. No caso da matéria da *Folha* - e provavelmente algo que deve se repetir em diversos materiais jornalísticos da mídia convencional-, não percebemos o estabelecimento de negociações, sendo que, pelo contrário, as personagens entrevistadas reforçam estereótipos atribuídos aos povos indígenas, tanto pela matéria quanto pela sociedade em geral. Percebemos nas falas de personagens como a mãe e o líder indígenas, expressões que remetem, por exemplo, à necessidade de tutela. Além disso, se pensarmos em ampliar o entendimento das

negociações para o âmbito do debate público, notamos apenas 12 comentários na *Folha*, em tom de lamentação sobre as condições dos indígenas.

No caso da matéria do *Campo Grande News*, devido a uma cobertura que se atenta somente ao factual, não é possível identificar quais são os aspectos negociados em cada haste das opressões. Apesar da inserção de um vídeo para ambientação do leitor sobre o local do crime na publicação, a família de Raíssa ou outros indígenas moradores da maior reserva indígena do estado não foram ouvidos, nem puderam contrapor elementos que reforçam a construção deles como o “Outro” dentro do jornalismo. Por fim, o portal não disponibiliza uma ferramenta para inserção de comentários em suas publicações.

O giro da roleta com a mulher trans

Neste segundo momento, selecionamos as reportagens **“Querida falar no hospital, mas tinha rapazes, sei que tem deboche’, diz trans estuprada em MS”** (*Folha de S. Paulo*), publicada em 21 de julho de 2021 com autoria de Silvia Frias, e **“Sem trabalho, transexual vítima de estupro coletivo pede doações”** (*Campo Grande News*), publicada em 31 de agosto de 2021 por Clayton Neves, que retratam os momentos vividos pela transexual Camila Ferreira, antes e depois de ser vítima de sequestro, agressão e estupro coletivo em Campo Grande (MS).

Ao girarmos a roleta pela primeira vez diante da matéria publicada pela *Folha de S. Paulo*, iluminam-se as hastes de gênero, sexualidade, classe, idade e geolocalização.

O fator de gênero é evidenciado logo no título da matéria ao atribuir a frase da ordem direta à “trans estuprada”, em que é apontada a identidade de gênero da vítima e violência sexual sofrida. Além disso, é possível identificar a predominância dos elementos ligados a essa questão ao descrever que o crime está sendo investigado pela Delegacia de Atendimento às Mulheres (Deam) e a frase “Olha ela aí”, dita pelos sequestradores no momento em que se depararam com a vítima, também deixa claro o reconhecimento do gênero.

Em sequência, a haste sexualidade ilumina-se quando são descritos os crimes que constam no inquérito, visto que além de sequestro e estupro coletivo, a investigação

considera o crime de injúria racial com motivação homofóbica¹⁷. A própria vítima é entrevistada e aponta a possibilidade do crime ter funcionado como uma espécie de “medida exemplar de correção”, em razão do crime ter ocorrido no dia 17 de junho próximo ao Dia do Orgulho LGBTQIAPN+, celebrado em 28 de junho.

Enquanto o marcador de geolocalização foi evidenciado já no título da reportagem de 22 parágrafos, que informa o local onde o crime ocorreu (Campo Grande, uma capital localizada fora do eixo Sul-Sudeste), a haste de idade foi acionada a partir de uma menção aos 54 anos de Camila ainda no subtítulo. Atravessada pelas marcações identitárias mencionadas acima, a idade também configura-se uma matriz de opressão, visto que “a velhice ainda pode significar lugares mais potentes de marginalização e, inclusive, de abreviação da vida” (CARRERA, 2021, p. 7). Neste sentido, trata-se de um fator que deve ser levado em consideração, pois a personagem, por ser uma mulher trans, é uma sobrevivente em um país onde a expectativa de vida é de apenas 35 anos, de acordo com o dossiê “Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022”, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra Brasil).

Por fim, a haste relativa a classe se ilumina em diversos momentos da reportagem, tal como o trecho em que Camila explicita que mora em um anexo de uma academia de ginástica e que paga o aluguel com a prestação de serviços gerais. O fato de negociar a moradia a partir de trabalho não remunerado demonstra as dificuldades financeiras da personagem. A busca de atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) também demonstra a situação de escassez de recursos. Isso porque, após a situação de violência, ela recebeu atendimento em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) onde são recebidos casos de urgência e emergência. A vergonha pelas agressões acaba, inclusive, negligenciando o tratamento, já que, inicialmente, ela não revela ao médico em quais circunstâncias os ferimentos foram adquiridos. Dias depois, diante da piora do quadro, ela foi internada no Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian, uma instituição pública, onde permaneceu por quase 20 dias.

¹⁷ Neste trecho, é necessário explicar que o crime descrito dessa forma não necessariamente envolve questão racial. Isto porque, o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) coloca a injúria relacionada à orientação sexual “como uma forma de racismo, compreendido em sua dimensão social” (FUCCIA, 2023). Por não haver legislação específica relacionado ao crime de homofobia, ou mesmo de LGBTfobia, e, portanto, não ser tipificado, é necessário utilizar tal interpretação para aplicar punição.

No caso da **formação interseccional-discursiva**, algumas hastes que se iluminam no caso de agressão à Camila Ferreira trazem à tona graves problemas sociais. Os fatores de gênero e sexualidade aparecem com maior intensidade na matéria e são parte do cruel cenário de LGBTQIAPN+fobia vivido no país. Ademais, a haste da classe também retrata um contexto intrinsecamente ligado à condição da pessoa trans, visto que dados da Antra também apontam o quadro de extrema vulnerabilidade social em que vivem pessoas trans no Brasil. Já as hastes de idade e geolocalização não são tão exploradas no texto, o que talvez demonstre que o jornalismo não dá conta de se aprofundar na grande quantidade de camadas sociais que o caso abarca.

Na segunda matéria analisada, composta também por seis parágrafos, identificamos a iluminação das hastes de gênero (mulher trans), idade (54 anos), geolocalização (Campo Grande) e classe em um primeiro giro. Aqui, vale mencionar um aspecto importante: a questão de classe é um marcador identitário que se relaciona com a questão de gênero, diante das necessidades financeiras de uma mulher trans agredida e violada que, após duas cirurgias e diversos dias de internação, “não tem condições nem mesmo de manter a dieta indicada por médicos para que fique totalmente recuperada o mais rápido possível” (NEVES, 2021).

Sendo assim, ao tentarmos aplicar a formação interseccional-discursiva, visualizamos a intersecção entre gênero e classe a partir do enfoque dessa matéria na recuperação de Camila que, além de todo o trauma da violência, enfrenta dificuldades financeiras depois que saiu do hospital. O próprio título explicita essa questão ao enunciar que Camila está desempregada e em busca de doações.

Em relação ao **ethos discursivo**, é evidente que a identidade de gênero prevalece como marca da transexual, sendo o motivo da própria violência sofrida. Entretanto, tratando-se de uma reportagem em que alguém de fora narra a história de outras pessoas, há uma certa dificuldade ao falar da construção de si da personagem. Embora o material seja baseado em seu depoimento, com reproduções literais e imagens, por se tratar de uma produção jornalística, há forte mediação que influencia diretamente nesta construção.

Já em uma última etapa, não identificamos o estabelecimento de **negociações interseccionais** na matéria do *Campo Grande News*, uma vez que não há espaço para comentários na publicação, mas a utilização da foto de Camila em um desfile de

Carnaval, publicada na reportagem da *Folha de S. Paulo*, mostra uma faceta mais humanizada na construção da personagem e da própria matéria. A imagem é significativa por apresentá-la enquanto indivíduo e sua singularidade, realizando uma atividade que gosta e que tem orgulho, fora do contexto de violência ao qual foi submetida. Novamente, identificamos aqui que o jornalismo não está preparado para interações sociais que possam complexificar a cobertura de temas sensíveis. Também notamos poucos comentários na reportagem da *Folha*, dez no total, se solidarizando com a vítima e cobrando punição aos criminosos, o que revela empatia e concordância com a publicação, mas não chega a interferir diretamente na abordagem.

Considerações possíveis

De imediato, vimos que o campo profissional pouco se preocupa em identificar e problematizar os marcadores sociais, tão pouco contextualizar e aprofundar-se nas camadas sociais e nos atravessamentos identitários que algumas fontes personagens acionam. Além de instigar e reforçar estereótipos em algumas matérias, as poucas informações relativas a essas questões em casos policiais demonstram que as diversas camadas de opressão presentes na sociedade se perdem na própria noção de objetividade na qual o jornalismo se pauta. Percebemos que os marcadores sociais estão revelados, mas pouco problematizados ou calcados em visões estereotipadas quando se trata de mulheres tão vulneráveis como as retratadas nas reportagens analisadas.

Sobretudo, entendemos que as construções relacionadas à notícia são mais superficiais e objetivas do que os percalços de uma reportagem. Além disso, a própria noção do fazer jornalístico é diferenciada, dependendo de questões organizacionais da empresa, tempo, apuração, prazo de entrega e das outras demandas que o profissional enfrenta ao longo de seu dia, inclusive o próprio repertório e a empatia enquanto sujeitos e sujeitas também atravessados por localidades sociais. Ainda que a *Folha de S. Paulo*, considerando inclusive seu próprio ethos enquanto veículo de abrangência nacional e forte articulador do debate público, tenha ampliado o tema em comparação com o veículo local, não alcançou as tantas diferenças (e negociações) que precisam ser referenciadas em temas tão urgentes socialmente.

Tendo em vista a grande variedade de produtos de Comunicação, levantamos uma limitação da roleta interseccional como uma proposta metodológica para a análise

do jornalismo especificamente, em especial, no que se refere a identificação do ethos interseccional em meio à mediação jornalística e à ideologia da objetividade que ainda dominam as práticas hegemônicas. Além disso, suspeitamos que as negociações interseccionais possam acontecer mais diretamente nas redes sociais digitais, a partir da publicação dos conteúdos nos perfis dos veículos, por exemplo, o que implicaria investigar os tipos de comentários e a potencial influência na construção jornalística das personagens. Isso posto, sabemos da necessidade de ampliar o exercício com a roleta.

Por fim, dada a brevidade de um artigo, reconhecemos o caráter inicial desta pesquisa no sentido de responder com propriedade como a práxis jornalística incorpora (ou pode incorporar) as noções interseccionais em seus diversos materiais.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, B. G. **Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) - Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. 109p. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2023.

CARRERA, F. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação. **E-Compós**, [S. l.], v. 24, 2021. DOI: 10.30962/ec.2198. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2198>. Acesso em: 8 jul. 2023.

CARRERA, F.. Para além da descrição da diferença: apontamentos sobre o método da roleta interseccional para estudos em Comunicação. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. e5715, 2021. DOI: 10.18617/liinc.v17i2.5715. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5715>. Acesso em: 8 jul. 2023.

CRENSHAW, K. W. **Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas**. 1993. Tradução de Carol Correia.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v.10, n.1: p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/8774>. Acesso em: 8 jul. 2023.

FREITAS, H. de. Criança é estuprada e morre jogada em pedreira. **Campo Grande News**, Campo Grande, *on-line*, 9 ago. 2021. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/crianca-e-estuprada-e-morre-jogada-em-pedreira>. Acesso em: 11 ago. 2023.

FRIAS, S. ‘Queria falar no hospital, mas tinha rapazes, sei que tem deboche’, diz trans estuprada em MS. **Folha de São Paulo**, São Paulo, *on-line*, 21 jul. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/07/queria-falar-no-hospital-mas-tinha-rapazes-se-i-que-tem-deboche-diz-trans-estuprada-em-ms.shtml>. Acesso em: 11 ago. 2023.

FUCCIA, E. V. Injúria homofóbica é forma de racismo e MP detém titularidade da ação. **Consultor Jurídico**, São Paulo, *on-line*, 11 jun. 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-jun-11/injuria-homofobica-forma-racismo-mp-detem-titularidade-acao>. Acesso em: 13 ago. 2023.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro latino americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HILL COLLINS, P.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

JARA, T. M.; *et. al.*. Jornalismo, interseccionalidade e as condições de visibilidade das mulheres em Mato Grosso do Sul. *In: Anais do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 5 a 9 de outubro de 2022, E [recurso eletrônico]: Ciências da Comunicação contra a Desinformação / organizado por Giovandro Marcus Ferreira, Maria do Carmo Silva Barbosa e Norma Maria Meireles Macedo Mafaldo; [realização Intercom e UFPB] - São Paulo: Intercom, 2022. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2022/resumo/0715202209323162d15e5f07c85>. Acesso em: 8 jul. 2023.

NEVES, C. Sem trabalho, transexual vítima de estupro coletivo pede doações. **Campo Grande News**, Campo Grande, *on-line*, 31 ago. 2021. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/sem-trabalho-transexual-vitima-de-estupro-coletivo-pede-doacoes>. Acesso em: 11 ago. 2023.

RIBEIRO, R. Aldeias indígenas onde menina de 11 anos foi estuprada e morta vivem favelização. **Folha de São Paulo**, São Paulo, *on-line*, 22 ago. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/08/aldeias-indigenas-onde-menina-de-11-anos-foi-estuprada-e-morta-vivem-favelizacao.shtml>. Acesso em: 11 ago. 2023.